



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 2/9/2014

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Foi esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Foi esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013 (Faixa constitucional.) Foi esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, criado pela Lei nº 13.194, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu

pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572/2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas dos Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 2/9/2014**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater as agressões e ameaças graves sofridas por policiais militares por parte da população do Município de Santa Efigênia de Minas.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/9/2014**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.589/2013, do deputado Luiz Henrique; 4.709/2013, do deputado Gustavo Corrêa; 4.820/2013, do deputado Braulio Braz; 4.859/2014, do deputado Leonardo Moreira; 4.999/2014, do deputado Romel Anízio; 5.014 e 5.016/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.291/2014, do deputado Leonardo Moreira; 5.308/2014, do deputado Inácio Franco; 5.322/2014, do governador do Estado; 5.330/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.332/2014, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 5.334/2014, do deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 711/2011, do deputado Doutor Viana; 4.405/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.991/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 5.223/2014, do deputado Gil Pereira; 5.285/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão; 5.305/2014, do deputado Neilando Pimenta; 5.306/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.307/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.315 e 5.316/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.329/2014, do deputado Célio Moreira; 5.335/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 5.337/2014, do deputado Wander Borges; 5.338/2014, do deputado Paulo Lamac; 5.342 e 5.343/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.344/2014, do deputado Inácio Franco; 5.356/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.362/2014, do deputado João Leite; 5.371, 5.372 e 5.375/2014, do deputado Ivair Nogueira; 5.377 e 5.380/2014, do deputado Pompílio Canavez; 5.382/2014, do deputado



Gustavo Valadares; 5.389/2014, do deputado Cabo Júlio; 5.390 e 5.391/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.392 e 5.393/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.394/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.395/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.396/2014, do deputado Zé Maia; 5.397/2014, do deputado João Vítor Xavier; e 5.398 e 5.399/2014, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.631/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.632/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.571/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.579/2014, do deputado Duarte Bechir; e 8.609/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 2/9/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos nºs 8.411 e 8.472/2014, do deputado Fábio Cherem; 8.545, 8.546 e 8.547/2014, do deputado Ivair Nogueira; 8.574/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.575 e 8.576/2014, do deputado Tony Carlos; 8.577/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.583 e 8.584 a 8.590/2014, do deputado Tony Carlos; e 8.617/2014, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 2/9/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 2 de setembro de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994; e à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado; e 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado; 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público, e dá outras providências; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado e dá outras providências; 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572, de 2011, e dá outras providências; 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, e dá outras providências; 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário; e 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de setembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Durval Ângelo, Gustavo Corrêa e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente *ad hoc*.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gilberto Abramo, Leonídio Bouças, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 9h50min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2014.

Célio Moreira, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Lafayette de Andrada, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2014.

Wander Borges, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antonio Lerin, Gilberto Abramo, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2014.

Rômulo Viegas, presidente *ad hoc*.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 27/8/2014**

O deputado Rômulo Viegas\* – Sr. Presidente, deputado Bosco, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pela TV Assembleia nesta tarde de quarta-feira, já no final do mês de agosto, estamos atentos à aproximação da eleição que vai decidir novamente o destino do País, dos Estados e, claro, com reflexo direto nos municípios brasileiros.

Temos percebido algumas coisas bem diferenciadas para esta eleição, e cabe aqui, do Parlamento, uma reflexão bastante séria nesse contexto eleitoral.

Voltando a alguns meses, praticamente um ano e meio ou mais, na nossa Casa Legislativa, Assembleia de Minas Gerais, tivemos oportunidade de fazer aqui várias audiências públicas para a discussão da tão falada, tão citada e tão badalada reforma política. Estivemos em Brasília levando as sugestões dessas audiências públicas. Apresentamos essas sugestões ao Congresso, e acredito que as assembleias legislativas dos demais estados também o fizeram, mas absolutamente nada foi feito, o que acho até bastante interessante. Agora, com as eleições na porta, faltando apenas um mês e alguns dias, estamos todos com dificuldades no tocante à arrecadação de recursos junto à iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas. Ou seja, para que os parlamentares – entendendo-se aqui os candidatos a deputados estaduais, deputados federais e senadores, incluindo-se também as campanhas majoritárias para o governo do Estado e para a Presidência da República - tenham condições de fazer arrecadação financeira similar ao que ocorria há quatro anos e em eleições passadas. A dificuldade está muito grande, mas isso é muito bom, porque esta eleição terá um fator diferenciado para o parlamentar que realmente trabalhou, que marcou presença na sua base política e aqui na Assembleia, nas suas atividades do dia a dia, seja no Plenário, seja nas comissões, seja nas audiências públicas, seja nas visitas aos demais órgãos do governo, para atender e buscar soluções para as demandas da nossa população. Então essa eleição vem com essa variável bem interessante, e quem trabalhou colherá bons frutos.

Entendo que o fator financeiro acabará sendo colocado de lado, e quem sabe, nas próximas eleições, o Congresso poderá tomar juízo e fazer do discurso uma realidade. Agora estamos observando os candidatos, todos eles novamente falando em reforma política, em reforma tributária. Em âmbito nacional, pergunta-se: por que não foi feita a reforma política durante esses quatro anos, já que o governo federal tinha a base do Congresso nas mãos? Todos nós sabemos que o governo federal comanda o Congresso Nacional, a mídia divulga isso. Por que a reforma tributária não foi feita? Por que a reforma política não foi feita?

Ontem, acompanhando uma matéria, eu observava alguma movimentação do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, dizendo que agora há necessidade de o governo rever a Carta de 1988 no quesito da segurança pública. Por que isso não foi feito nos últimos quatro anos, e agora, em período eleitoral, querem discutir isso? Justamente agora, quando há criminalidade em todos os estados, não apenas em Minas Gerais, e os salários dos professores são baixos em todos os estados? Agora o discurso procura agradar o ouvido da população.

Espero que esta eleição sirva para o povo brasileiro fazer muita reflexão. Estão faltando recursos, aqueles recursos depositados em conta, transparentes, referentes à ajuda da iniciativa privada, sem nenhum receio de recebê-la. Basta acompanhar a nossa vida, a nossa declaração de Imposto de Renda ao longo da vida, a nossa história enquanto gestor público. Não há nada que desabone a nossa conduta, portanto não há receio de recebermos recursos para a campanha. Mas, deputado Pompílio Canavez, estão faltando recursos, está muito difícil. E aquelas campanhas diferenciadas da nossa, com muitos recursos financeiros, devem ser, sim, verificadas. Porque o que notamos também é um marasmo por parte da população, que está muito apática nesse processo.

Penso que a movimentação de rua induziu a população a verificar mais de perto quem são os parlamentares, tanto na esfera estadual quanto no Congresso, que realmente trabalham e fazem a diferença nas suas ações e no seu comprometimento, que marcam presença nas cidades e não apenas vão até lá para buscar o voto e depois nunca mais aparecem. Isso tudo será cobrado. Agora, não quer dizer que um parlamentar que tenha tido esse comportamento sério e íntegro esteja com sua reeleição garantida. Não está 100% garantido.



Neste último mês de setembro, teremos de mostrar à população a que viemos, o que fizemos e conquistamos. Aí, mais uma vez, eu me volto para o Congresso Nacional.

Quando comentamos com algum colega que é deputado federal e seu amigo, a reação é a seguinte: “Lá são quinhentas e tantas pessoas. É muito difícil chegar a consenso”. Na verdade, são 513 deputados e, no Senado, 81 pessoas e cada um pensando de maneira diferenciada. No entanto, pagarão o preço agora porque não fizeram as reformas necessárias para o Brasil avançar. Estamos em período eleitoral. Quem assistiu aos debates ontem viu nitidamente dizerem isso: “Agora temos necessidade de fazer reforma tributária e política”. Por que não foi feita? Essa é a pergunta para a qual a população quer resposta. Agora, no período eleitoral, querem fazê-la.

Entendo, deputado João Leite, que, no quesito da segurança pública, precisamos deixar claro para a população as responsabilidades municipais, estaduais e federal e aí, sim, avançar na questão de uma política nacional em que se possa ter clareza da definição e, sobretudo, recurso financeiro para isso.

Ontem se falou também sobre a reforma do pacto administrativo. Por que não foi feita? Por que querem fazê-la agora, no período eleitoral? Estou falando sobre essa reforma do pacto federativo desde o primeiro dia do meu mandato, ou seja, há quatro anos. “Ah, não! Vamos aumentar um pouco e fazer isso”. Por que não se fez a reforma do pacto federativo? Agora, nos debates, ocorrem as mesmas frases: “Vamos fazer a reforma do pacto federativo, revê-la e fazer a reforma política e tributária”. Não dá. A indústria brasileira não está aguentando mais e, além de sofrer concorrência desleal, não está tendo suporte para avançar no mercado. Não sou eu quem está dizendo. Faça uma pesquisa onde você quiser, nas melhores revistas e jornais, sobre o tema. A indústria brasileira movimentou o País e gera empregos, mas não está suportando esse quadro econômico que está implantado.

Aí, perguntamos: o que se espera nos próximos quatro anos? Há uma preocupação enorme. Ontem observamos isso. Seguraram as tarifas públicas e não deram os reajustes necessários. Agora estão já na boca do forno para saírem. Isso pesará no bolso de quem? Do trabalhador, do empresário e do contribuinte, que a única coisa que quer é clareza da definição e do que já podia ter sido feito há 4, 8, 12 e 16 anos. Os discursos se repetem. Realmente, a indústria está extremamente preocupada. Por quê? Ela depende da energia elétrica. Os financiamentos feitos através dos bancos privados para custear isso serão pagos agora com a conta do Tesouro Nacional, que, é lógico, em efeito cascata, passará para o bolso do consumidor. Aí, como ficaremos?

Entendo que estados, municípios e União poderiam, sim, para o próximo governo, fazer uma revisão dessa ação. A Carta de 1988 precisa ser revista.

As atribuições do Congresso precisam, sim, ser mais detalhadas para que o parlamentar federal, senador ou deputado federal, entenda a importância de se fazer uma reforma que tenha objetivos concretos para a população. Aí, sim, saberemos quais parlamentares estão realmente nessa sintonia. Todos os dias na televisão você só vê notícia ruim: crime, assalto. Isso não ocorre apenas em Minas Gerais, mas em todos os estados brasileiros. Será que todos os estados brasileiros estão errando na política de segurança? Será que todos os governos estaduais estão errando? Não é possível. Isso tem de ser olhado.

Agora querem realmente mexer na Carta de 1988 para clarear as atribuições, querem colocar mais recursos. A pergunta é: por que não colocaram? Passaram os quatro anos discutindo isso aqui na tribuna. Discutia-se toda hora sobre a criminalidade de Minas Gerais. Mas é do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Ceará, do Mato Grosso. Como vamos ficar nesse processo? Você que nos acompanha, fique atento. Fique atento e olhe nos olhos dos candidatos a governo do Estado e à Presidência da República e reflita bem. Veja quem realmente está mais preparado, veja quem realmente tem história, quem já fez, quem realizou e como realizou. Coloque no prato, nas duas balanças, para ver se a figura política errou mais e acertou menos e vice-versa, para você verificar o caminho a ser tomado, porque a população realmente anda muito insegura. Não podemos, durante o dia, deixar de ficar alerta quando uma filha nossa sai da garagem com o carro ou quando um filho nosso viaja. Isso tudo é questão de segurança pública, deputado João Leite.

Então, nesta tarde, proponho essa reflexão, essa responsabilidade ao eleitorado brasileiro, para você que vai votar dia 5 de outubro. Procure saber a história dos parlamentares, sim, pesquise na rede, na internet, no Ministério Público, no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Contas da União. É até bom verificar também a carga patrimonial. Verifique a carga patrimonial dos candidatos, dos deputados, dos governadores, de todos eles, passem o pente-fino mesmo, porque assim você poderá dar o seu voto de forma consciente.

Encerro, Sr. Presidente, deixando esse alerta para a população mineira e brasileira. Esta eleição é fundamental. Verifique em quem você vai votar. Siga os conselhos dos que estão querendo transparência. Toda hora a mídia diz: “Pesquise a vida do candidato. Verifique se ele tem processo, verifique o nome dele no Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado. Verifique tudo e dê o seu voto com consciência”. Quem sabe esse é o melhor caminho para tempos melhores para o Brasil? Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* - Sr. Presidente, deputado Adelmo Carneiro Leão, saúdo-o com muito prazer. Queria registrar, com muito prazer, a presença, fora do Plenário, do Isaac, ex-zagueiro do Leão do Bonfim Villa Nova e América. Tive oportunidade de jogar futebol com ele. É uma alegria muito grande recebê-lo aqui na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, estamos fechando mais um Jogos Escolares de Minas Gerais com um número recorde, e estamos muito felizes com os números desses jogos. Queria tratar desse assunto, mas, ao ver o líder deputado Bosco aguardando para se manifestar, quero, com muito prazer, antes de iniciar meu pronunciamento sobre o tema Jogos Escolares de Minas Gerais, conceder aparte ao nobre líder.

O deputado Bosco (em aparte) – Agradeço, deputado João Leite, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia de Minas Gerais, esta oportunidade. Faço essa solicitação ao nobre amigo deputado em virtude de não estar inscrito na lista dos oradores desta tarde. Não poderia, caro deputado João Leite, deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer uma referência a um programa extremamente importante que está sendo desenvolvido por este governo, que teve início ainda no governo de Aécio Neves, quando este esteve à frente do governo de Minas Gerais: o programa Minas Comunica.



Sabemos, caro deputado João Leite, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia, que as operadoras de telefonia celular não têm tanto interesse em atuar nos pequenos municípios, onde não vislumbram lucros interessantes. Pensando nesses municípios, que são em grande quantidade em Minas Gerais, Aécio Neves, quando ainda era governador, fez questão de que essa tecnologia de ponta, telefonia celular e internet, chegasse aos pequenos municípios, aos municípios menos favorecidos. E isso aconteceu. Hoje, a telefonia celular e a internet são uma realidade em todos os municípios de Minas Gerais, desde os pequenos, médios e grandes, mas, de forma especial, nos pequenos municípios.

Seguindo esse programa, dentro da gestão do nosso grande ex-governador Anastasia, foi criado o Segundo Tempo, o segundo momento desse programa, o Minas Comunica II, com uma visão mais ampliada e ainda mais abrangente, ou seja, de fazer com que a telefonia celular e a internet cheguem aos pequenos distritos, àquelas famílias que hoje vivem, moram nos distritos, nas comunidades rurais e que estavam às margens dessa tecnologia de ponta oferecida mundialmente. Então, João Leite, é uma alegria imensa poder visitar os pequenos municípios e seus distritos e verificar que realmente esse programa, com a telefonia celular e a tecnologia, está chegando aos municípios e aos distritos mais distantes.

Na nossa região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, a maioria dos distritos está sendo beneficiada com o programa Minas Comunica II. É o governo fazendo a diferença em Minas Gerais. Ele se iniciou com Aécio Neves, passou por Anastasia e, agora, com Alberto Pinto Coelho, tenho certeza absoluta de que teremos a sequência desses trabalhos em prol dos mineiros que vivem nos distritos e nas comunidades rurais.

Portanto, caro deputado João Leite, queria fazer esse registro e um agradecimento ao nosso atual governo de Minas por esse programa fantástico, por esse programa maravilhoso que está integrando as pessoas, as famílias, os produtores rurais das Minas Gerais, que são tantas, como já dizia Guimarães Rosa. Estão lá na ponta, lá no distrito, lá na comunidade rural. Agora esta comunidade está tendo vez, voz e oportunidade de acessar o mundo todo através da internet, graças a essa ideia que se iniciou com Aécio Neves e que teve sequência, repito, com o governador Anastasia e também com o governador Alberto Pinto Coelho.

Fica esse registro e meus parabéns ao governo de Minas, que tem sempre feito a diferença. Torcemos para que realmente Minas possa continuar seguindo em frente. Muito obrigado, companheiro, pelo aparte.

O deputado João Leite\* – Eu que lhe agradeço. O deputado Bosco é muito jovem, por isso, no seu levantamento, faltou um momento histórico importante, quando Pimenta da Veiga foi ministro das Comunicações, com voto contrário do PT. O PT sempre vota contra. O PT votou contra Tancredo Neves. Tancredo Neves seria nosso presidente, mas o PT votou contra ele. O PT votou contra a Constituição cidadã de 1988. O PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PT foi contra a concessão da telefonia. Pimenta da Veiga teve de enfrentar a ira dos petistas, que ainda querem o sinal por fumaça, por tambor, e não uma tecnologia avançada. O PT está lá atrás na história. Eles atacaram o Pimenta da Veiga no momento em que ele abriu a tecnologia da comunicação em nosso país.

O deputado Bosco é jovem e não se lembrará de que um telefone fixo no Brasil, naquela época, valia uma pequena fortuna. Deputado Bosco, V. Exa. não se lembrará porque é jovem, mas telefones eram alugados. As pessoas pagavam aluguel de telefone. Hoje temos mais de 300 milhões de linhas de telefonia no Brasil, mesmo com o voto contrário do PT. O PT é o atraso do nosso país. Ele vem contra tudo. Hoje disseram que queremos privatizar a Gasmig, a Cemig, a Eletrobras e a Petrobras. A Petrobras já está privatizada, a Petrobras hoje pertence a um sindicato. É uma capitania hereditária. O PT entregou a Petrobras para um sindicato, assim como a Eletrobras para outro sindicato. Alguns hoje chamam a Petrobras de PTbras. A Petrobras não pertence ao povo brasileiro, mas ao PT e a alguns de seus amigos. Secretário que nos visita, é o chamado compadrio. É dos compadres, é ainda a versão mais antiga dos compadrios que existiam na política. Tudo é só para eles.

Isso não interessa a mim nem a meu partido, mas interessa ao povo brasileiro. A Petrobras era do povo brasileiro, hoje é de um sindicato. Hoje a Petrobras pertence a um partido. Está atolada. As mãos estão sujas. Estão presos os dirigentes da Petrobras, que foram escolhidos pela presidenta Dilma Rousseff. Eles estão na cadeia. É lamentável o que aconteceu em nosso país.

Queria tratar nesta tarde não de Petrobras, não daquilo que o PT fez em nosso país. Quero falar de um momento rico da história de Minas Gerais. Tive a oportunidade e o privilégio de participar do governo em 2003, quando o governador Aécio Neves assumiu o governo de Minas. Tínhamos, àquela altura, quase 13% de déficit nas contas do Estado de Minas Gerais. Lembro-me de quando assumi a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e, para minha alegria, vejo aqui dois ex-secretários, Rômulo Viegas e Cloves Benevides, que está na galeria. Ele deve estar aqui para participar de alguma audiência. Quero saudar também Luiz Carlos Miranda, grande líder sindical.

Um sindicato que quer tudo para o povo brasileiro. E não ficou dono da Petrobras, como aquele sindicato, a capitania hereditária que o PT criou. Tanto o deputado Rômulo Viegas quanto o secretário Clóvis Benevides participaram daquele momento e vão se lembrar disso. Quando chegamos à secretaria, o governador Aécio determinou o corte de 30%. O governador Aécio Neves determinou que os cargos de confiança não poderiam ser colocados, não poderíamos nomear. Tocamos aquela secretaria daquela maneira. Disse, naquela altura, o governador Aécio Neves: "não pode faltar alimentação para as crianças, no resto nós vamos arrochar porque pegamos uma herança maldita, um déficit violento". Aquele nosso governo, secretário Clóvis, pegou o funcionalismo do Estado de Minas Gerais, professores, médicos e policiais, recebendo em sete chamadas. Esse era o governo do PMDB e do PT.

Minha mãe, servidora pública, recebia no dia 29 do mês. Acho interessante eles fazerem promessas aqui, reclamarem e falarem da segurança e dos servidores públicos. Essa gente pagava ao servidor público do Estado de Minas Gerais em sete chamadas. Foi isso que encontramos. Foi naquele tempo que fechamos as últimas duas Febems em Minas Gerais. Voltamos com um projeto iniciado pelo Eduardo Barbosa, atual deputado federal e ex-secretário da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais, relativo ao Programa Casa-Lar, com, no máximo, 12 crianças. Acabamos com o depósito de crianças que havia no Horto e criamos as casas-lares, com 12 crianças, no máximo.

E o orçamento do esporte na nossa secretaria? O secretário era o Prof. Heleno de Oliveira. O caríssimo João Paulo Pires de Vasconcelos, sindicalista, é, sim, comprometido com o trabalhador. Ai há história, não é o que estamos vendo hoje, João Paulo.



Lamentavelmente, João Paulo Pires de Vasconcelos, não foi isso que você ensinou e que nós todos aprendemos em seus ensinamentos. Não é pegar uma empresa como a Petrobras e entregá-la para o sindicato. Sindicato não precisa disso. Sindicato, João, é para defender o trabalhador, para representá-lo, como você fez na ditadura militar, ao defender o trabalhador torturado na sua luta. Que pena que eles não leram o que você escreveu; que pena que hoje os sindicatos estão servindo para isso, João Paulo Pires de Vasconcelos.

Portanto, queria homenageá-lo como grande representante do trabalhador brasileiro. Você fez história, João Paulo, você deixou uma marca que hoje, lamentavelmente, vem se apagando por alguns que não têm compromisso com o trabalhador nem com a gente brasileira. Eles têm compromisso com eles mesmos e estão sujando as mãos e comprometendo nosso país. Minhas homenagens a você, grande trabalhador, grande sindicalista e grande representante da trabalhadora e do trabalhador brasileiros.

O orçamento do esporte que tínhamos em 2003, quando o governador Aécio Neves assumiu, era de R\$200.000,00. Tínhamos 58 municípios nos Jogos Escolares de Minas Gerais. Trabalhamos duro, trabalhamos firme, porque a escola é a base do esporte. É aí que deve estar o investimento. Mais de 90% dos jovens estão na escola. O governo que hoje entrega R\$1.000.000.000,00 para construir o estádio do Corinthians não constrói uma estrutura esportiva para uma escola.

O governo do PT colocou R\$1.000.000.000,00 para construir um estádio para o Corinthians, é uma vergonha; tirou o dinheiro dos jovens estudantes das nossas escolas públicas, nas quais poderiam construir ginásios para a formação de atletas, treinadores, técnicos. Eles pegam R\$5.000.000,00 e colocam na base de times profissionais, em clubes da elite no Brasil, enquanto não têm um centavo planejado para investir no esporte nas escolas públicas.

Mas, para alegria nossa, secretário Cloves Benevides, fechamos este ano com 756 municípios com jogos escolares no Estado de Minas Gerais. Isso nasceu com Aécio Neves, esse é seu legado para o Estado: o investimento nos jogos escolares. São mil campos de futebol amador iluminados para o trabalhador e para a trabalhadora da comunidade.

Desculpe-me, Sr. Presidente, pois avancei no meu tempo, mas queria apenas mais 30 segundos para falar de algo que está no meu coração e que nós iniciamos, eu, Rômulo Viegas, Cloves Benevides e Heleno: o Xadrez nas Escolas. Hoje são investidos R\$1.200.000,00 nesse programa, que Aécio Neves iniciou em 2003. As crianças estão melhorando sua lógica nas escolas por causa do jogo do xadrez. Começamos com 70 escolas em área vulnerável, e isso se expandiu para o Estado. Recentemente, tivemos um torneio com 1.600 atletas de xadrez. O campeão brasileiro é de uma escola pública em Minas Gerais. Essa é a verdade de Minas Gerais e a verdade do legado de Aécio Neves no nosso estado.

Não farei como o PT, que, depois de falar, pede o encerramento, para ninguém falar mais. Outro dia eu estava inscrito para falar, mas o PT pediu o encerramento da reunião para eu não falar. Não farei isso. O meu partido é o Partido da Social Democracia Brasileira, e eu não pedirei o encerramento da reunião, como faz o PT.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Pompílio Canavez – Obrigado, deputado João Leite, por não ter pedido o encerramento, e também deputado Rômulo Viegas, que, com certeza, não faria isso.

Inscrevi-me para falar sobre a crise da água que nosso estado e nosso país estão vivenciando nestes dias, mas quero fazer algumas observações sobre a fala do meu colega deputado João Leite. A respeito da Petrobras, por exemplo, quem assistiu ontem à noite, na TV Bandeirantes, ao primeiro debate entre os candidatos à presidência, pôde observar que o senador Aécio Neves provocou a presidenta Dilma com esse argumento, e ela foi muito firme, segura e convincente ao falar dos números daquela empresa: o que ela era no governo do PSDB e o que é hoje; o capital que tinha e o que tem hoje, e ele se multiplicou por cinco.

Quero observar que, se algumas pessoas cometeram malfeitos e estão presas, isso é correto. Sabemos que alguns recebem mensalão por tudo quanto é lado e estão soltos. Infelizmente, essa não é a regra para todos. Se fizeram malfeito, precisam ser julgados, com direito à defesa; e, se forem condenados, precisam receber a punição.

Um abraço a vocês. Obrigado pela presença. Ficamos muito felizes com a presença de vocês. Os jovens aqui presentes só nos encham de alegria. Desejo-lhes todo sucesso como estudantes e também como contadores e economistas que serão.

Na verdade, inscrevi-me para falar sobre a crise que estamos vivendo neste momento no Brasil e, muito especialmente, em Minas Gerais.

Fui um dos que lutaram muito para que a Assembleia criasse a Comissão Extraordinária das Águas. Participei, junto com o deputado Almir Paraca, de várias audiências públicas em quase todas as regiões das bacias hidrográficas importantes de Minas Gerais. O quadro que observamos e que será apresentado num relatório brevemente é de veras preocupante: o abandono das políticas de preservação e dos programas estaduais que o governo deveria utilizar, mas não utiliza. Por isso estamos vendo um fenômeno terrível: os rios e as nascentes secando. Todos passamos constrangimento e vexame por Minas ser o estado que já foi considerado a caixa d'água do Brasil – expressão cunhada pelo escritor mineiro Guimarães Rosa – e hoje atravessar uma situação muito precária em relação aos recursos hídricos. Tenho visitado várias regiões e presenciado rios secando e outros prestes a secarem. Fico preocupado, porque, ao lado da falta de cuidado com os rios, também existe falta de iniciativa para resolver os problemas de saneamento.

Em 2014, o prazo para os municípios destinarem corretamente o lixo e acabarem com os lixões se encerrou. Infelizmente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, pouquíssimos municípios fizeram o dever de casa. O lixo, jogado de qualquer maneira nos lixões e em outros lugares, é uma ameaça ao meio ambiente. Quanto ao tratamento de esgoto, poucos municípios investem nessa área. Quem assiste a telejornais fica sabendo de notícias alarmantes. Talvez o relatório do que deve ser feito seja tardio. Fui prefeito de Alfenas e tinha a aguda responsabilidade de cuidar do meio ambiente. Consegui construir uma estação de tratamento de esgoto, que era 100% tratado, e dei uma destinação correta ao lixo, construindo um aterro sanitário, que também atende a várias cidades do Sul de Minas. Mas infelizmente essa não é a regra, é a exceção. Várias cidades importantes do Estado não têm compromisso com o meio ambiente, não têm compromisso com o futuro.

Muita gente achava que a seca que vivemos agora aconteceria depois de 2020. Porém ela já chegou e com muita intensidade. Muitos também acham que, daqui a pouco, as chuvas chegarão, tudo será resolvido e poderemos continuar aniquilando as matas



ciliares, as nascentes, e que essa irresponsabilidade não terá consequências. Faço um alerta: se estamos vivendo essa seca agora, nada garante que ela não será prolongada e não se repetirá frequentemente, causando prejuízos econômicos e ambientais violentíssimos.

O Estado de São Paulo está tentando buscar água no Paraíba do Sul. Participei de debate no Rio de Janeiro sobre o Paraíba do Sul, que nasce em São Paulo, passa na Zona da Mata mineira e é a principal via de abastecimento do Rio de Janeiro. Mesmo essa iniciativa de São Paulo não tem sentido agora, porque o Paraíba do Sul está com as suas águas muito reduzidas.

As águas estão reduzidíssimas. Então, estamos vivendo um momento muito preocupante. Por exemplo, lutamos muito nesta Casa contra os minerodutos. Fizemos audiências públicas denunciando e combatendo os minerodutos, aliás quero explicar o que são, deputado Rogério Correia: são tubulações que levam na água pura das nossas montanhas minério para os portos. Chega lá, tira-se o minério dissolvido na água e joga-se fora a água pura da montanha. Muito mais inteligente seria investir em mais ferrovias, em hidrovias, e não fazer esses minerodutos, por exemplo.

Também há uma denúncia que quero fazer. O governo do Estado tem um programa chamado Bolsa Verde, que tem como objetivo recompensar os pequenos produtores, os agricultores familiares, os produtores de maneira geral financeiramente para que possam cercar e proteger as nascentes. Reflorestar e cuidar das nascentes para que haja produção de água. Esse programa foi aprovado aqui pela Assembleia, mas jamais funcionou. Há um programa semelhante na cidades de Extrema e Camanducaia, na fronteira sul do nosso Estado, fronteira com São Paulo, onde os produtores recebem um incentivo financeiro. No entanto, é o governo de São Paulo que paga. É o governo de São Paulo que indeniza e paga ao pequeno produtor do extremo Sul de Minas para proteger as nascentes. Não paga porque é bonzinho, mas porque a água que boa parte dos paulistas bebem nasce naquela região, na Serra da Mantiqueira. Por exemplo, eles irão abastecer o Sistema Cantareira, o tão decantado, de volume morto, Sistema Cantareira. Quando os paulistas perceberam que a água estava diminuindo muito de quantidade e de qualidade, resolveram incentivar os agricultores e pequenos produtores mineiros da região para que eles preservassem, protegessem para que houvesse produção de água.

Recentemente também fiz uma visita à região do Rio das Velhas. Numa das audiências dos comitês de bacia, recebemos uma denúncia de um desmatamento terrível na região do Rio das Velhas. Plantaram muita braquiária, e o pisoteio do gado transformou o piso do solo e compactou de modo que a água da chuva não penetra mais, não vai mais abastecer os lençóis freáticos que depois abastecem as nascentes.

Então vivemos uma situação que é uma espécie de guerra avisada, de morte anunciada: a morte dos nossos rios. Além da falta de cuidado, também o desmatamento e a falta de conscientização da nossa população. Deveria haver com mais intensidade educação ambiental que conscientizasse nossas crianças e nossos jovens sobre a importância de preservação. Estou vendo aqui o deputado Rômulo Viegas. Somos conterrâneos, nascemos em São João del-Rei. Um dia desses estive lá em Rio Acima, Rômulo Viegas, no rio onde aprendi a nadar. Hoje o rio é um caldo preto, um esgoto. Tenho um neto de 1 ano e 5 meses que se chama Vítor e fico pensando como vou explicar a ele o que estamos fazendo com os nossos rios, com as nossas águas, com o meio ambiente. Qual o referencial das nossas crianças em relação a rios, águas, lagos e meio ambiente protegido? Que tipo de cultura estamos legando para as populações que estão nos sucedendo e para as atuais gerações? Nós, que somos mais velhos, quando meninos tínhamos a referência de um rio limpo, de uma nascente bem cuidada, mas o que vamos poder apresentar agora? O que vamos poder dizer às futuras gerações?

Que a avidez do lucro, a sanha desesperada de ganhar dinheiro a qualquer custo colocam as nossas águas nessa situação? Não estou aqui fazendo um discurso sobre uma situação hipotética. Várias cidades do País, e também cidades de Minas Gerais, que já foi considerada, como disse aqui, a caixa d'água do Brasil, estão com falta de água crônica. E o Brasil é um dos países que têm mais rios no mundo.

Temos assistido a uma mudança climática que é, claro, consequência da ação dos homens, da nossa ação, da ação do agronegócio, que quer o lucro de qualquer jeito. Não estou generalizando, mas há uma parte que é assim. O veneno é jogado de qualquer maneira, o esgoto não é tratado, há o encaixotamento e o assoreamento dos nossos rios, há falta de uma política pública, de uma preocupação do Estado.

Daqui a pouco, vou participar de uma reunião do fórum de comitês de bacias do Estado, no Crea. A situação é de alarme, é de preocupação, porque o governo do Estado não tem política pública para o meio ambiente em Minas Gerais. Essa denúncia foi feita várias vezes nesta Assembleia.

Venho trazer essa preocupação e dizer que somos responsáveis por essa calamidade. Todos estão esperando que chova em novembro e que se resolva. Temo que as chuvas não sejam suficientes e que esse ciclo, que já começou há algum tempo, se repita muito frequentemente, trazendo sofrimento e desespero para muita gente.

Sr. Presidente, é lamentável que precisemos falar de uma situação que poderia ter sido evitada. Há o exemplo do Bolsa Verde e do incentivo aos pequenos produtores para que eles protejam as nascentes e que tenham um papel relevante. Mas está em tempo ainda.

Quero terminar dizendo que sou otimista. A natureza, quando agimos com rigor e responsabilidade, é capaz de consertar e voltar a ser o que sempre foi. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia – Deputado Hely Tarquínio, que preside hoje nossa reunião; deputados; senhoras e senhores da imprensa, da galeria; telespectadores da TV Assembleia, tive oportunidade de manhã de levantar alguns temas a partir da discussão de um veto do governador do Estado. Fiz questão de retornar, à tarde, à tribuna para fazer um chamado à população mineira, em meu nome, no nome do PT e em nome dos movimentos sociais, sindicatos e igrejas, porque, a partir do dia 1º de setembro, inicia-se a coleta de votos em torno de um plebiscito para a reforma política no Brasil. É um tema de maior relevância. Entra eleição, sai eleição, e esse tema volta à tona, mas não conseguimos fazer com que o Congresso Nacional aprove a tão falada reforma política.

Houve no Brasil, em junho do ano passado, um movimento de massas fantástico, em que jovens, trabalhadores e trabalhadoras, a juventude em especial, um conjunto da população brasileira em grande número foi às ruas reivindicar uma série de direitos, entre os quais acesso maior à educação, à saúde de boa qualidade e à mobilidade urbana. Isso levou a presidenta Dilma a fazer um pacto com o Brasil incluindo os itens que a rua reivindicava e julgava serem necessários para melhorar o Brasil.



Assim, a presidenta Dilma lançou o programa Mais Médicos, melhorando a saúde pública e apontando para a frente uma melhora ainda maior, através de um projeto que não pode ter fôlego curto. A presidenta disse que ele é duradouro, que não vai ser apenas um projeto passageiro, como alguns candidatos vêm anunciando caso sejam eleitos. A presidenta fez um pacto, o Mais Médicos se iniciou e terá continuação, trará médicos cubanos, portugueses, espanhóis, estrangeiros, brasileiros, colocando-os sempre à disposição dos mais necessitados nas regiões mais distantes do Brasil e nas periferias dos grandes centros. Esse foi um grande avanço que ocorreu dentro do pacto.

Outro pacto que a presidenta fez foi com a educação. Aprovou 10% do PIB brasileiro para a educação e criou o Plano Nacional de Educação, com metas muito preciosas que irão melhorar a educação pública brasileira.

Além disso, a presidenta assegurou para o Brasil recursos do petróleo do pré-sal. Com esse recurso investiremos 75% na educação e mais 50% no fundo social do pré-sal. Foi o segundo compromisso que a presidenta fez.

O terceiro compromisso importante que a presidenta fez foi com a mobilidade urbana. Ela investiu bilhões nos grandes centros e nas rodovias para fazer com que o Brasil recupere sua mobilidade urbana e para que esses grandes centros não sejam locais em que as pessoas ficam parecidas com uma lata de sardinha, andando de um canto para o outro. Esse foi o terceiro compromisso que ela fez e vem cumprindo.

A presidenta deu também outro passo importante, deputado Adelmo, o da reforma política. Talvez esse seja o mais difícil de se conseguir, porque não depende apenas da sua vontade. Ela estabeleceu e enviou ao Congresso Nacional uma proposta, através de um pacto, para que fizéssemos uma reforma política no Brasil. Encontrou muita resistência, inclusive de partidos aliados à própria presidenta. Talvez o partido que mais tenha lutado para que não existisse a reforma política - além, é claro, da oposição, que é o PSDB e o DEM, que já sabemos não a querem - foi o PSB. Não esperávamos essa reação desse partido que, na ocasião, era do Eduardo Campos, e de que posteriormente a candidata Marina fez parte. Eles fizeram uma objeção enorme à reforma política, o que mostra que não é fácil fazê-la no Brasil. Mesmo os que apregoam que a política está ultrapassada não pretendem reformá-la e modernizá-la porque esse é o interesse dos grandes e poderosos do Brasil.

Cada vez mais o Congresso Nacional tem menos a cara do povo brasileiro. Deputado Adelmo, se olhar o Congresso Nacional, verá menos médicos e mais donos de hospitais; verá menos professores e professoras e mais donos de escola; verá menos camponeses e mais latifundiários; verá menos operários e mais empresários; verá menos agentes, trabalhadores e operários da construção civil e mais empreiteiros; verá menos gente disposta a fazer o bem e mais espertalhões que angariam recursos para sua campanha para entrar para o Congresso Nacional; verá menos mulheres e mais homens; verá menos negros e mais brancos. Definitivamente, o Congresso Nacional não tem a cara do povo, e não terá enquanto não fizermos a reforma política no Brasil.

Por isso os movimentos sociais, sabedores de que a resistência é muito grande e que não interessa às elites brasileiras uma reforma na política, uma política que tenha o “p” maiúsculo e o “t” maiúsculo de trabalhadores, sabem que essa reforma política não anda. Portanto, eles foram contrários ao plebiscito que a presidenta Dilma propôs ao Congresso Nacional.

Portanto, não podemos ficar calados diante disso, esperando um novo Congresso Nacional que novamente sepulte a luta da reforma política. Os movimentos sociais resolveram se organizar. É essa a informação que trago. Faço um chamamento ao povo mineiro, pois, a partir do dia 1º até o dia 7, será feito um grande plebiscito no Brasil sobre a reforma política, com a participação da igreja, dos sindicatos, das associações de moradores, operários, camponeses e intelectuais que querem um Brasil melhor. Participe você também. Entre na página do plebiscito popular, pois lá estão as instruções, a cédula para que faça o trabalho, a fim de angariarmos uma votação maior do que a que alcançamos no plebiscito da Alca. Esse plebiscito acabou com a subserviência do Brasil aos Estados Unidos, que era arquitetada e orquestrada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Com isso, foi possível ao presidente Lula, ungido da vontade popular, sepultar a Alca, o chamado Livre Comércio das Américas, que nos atrelava aos Estados Unidos. Agora, essa força política do plebiscito precisa chegar imediatamente ao resultado das eleições e, posteriormente, aos eleitos, tendo em vista o compromisso com a reforma política. Por isso vim hoje à tribuna, neste tarde, pedir a todos vocês que estão em casa nos ouvindo que procurem o plebiscito popular e deem a sua contribuição. Entrem na internet que vocês terão várias notícias de como proceder e de como participar desse momento cívico no Brasil pela reforma política.

O deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) – Deputado Rogério Correia, inicialmente, expresso aqui, com muita ênfase, a sensibilidade da presidenta Dilma diante do clamor das ruas. Ela, realmente, ouviu o clamor das ruas. Fez mais, aliás, do que muitos dos nossos aliados na pactuação, no sentido de buscar soluções para os graves e grandes problemas nacionais. Digo a V. Exa. que o meu sentimento é que ela fez mais do que o nosso próprio partido. Ela foi além. Se, naquele momento, todos tivéssemos abraçado com ela essas causas provenientes do clamor popular, talvez pudéssemos avançar mais. Essa é a primeira questão sobre a qual quero me posicionar.

A segunda questão é que a reforma política está entre as três grandes reformas propostas desde o início dos anos de 1960 e que resultaram no golpe de 1964. Isso é para compreendermos que as propostas que estão aí clamando por transformações tão profundas e necessárias não são fáceis de serem executadas, não são efetuadas com uma chave mágica, com uma varinha de condão, com a vontade de poucos. Essa é a vontade do povo, que precisa ser abraçada por quem mais pode no País.

É importante lembrarmos que o golpe de 1964 foi realizado contra as reformas de base: a reforma agrária, a reforma tributária, tão necessária neste momento da história, e a reforma política. Se compreendermos isso, certamente vamos unir mais as nossas forças, vamos estar mais solidários com a luta do povo para que essas transformações sejam efetivadas neste momento histórico.

Estou absolutamente convencido, Rogério, apesar da má-vontade do Congresso Nacional, de que podemos conseguir isso. Até por causa dessas inversões todas, dessa inversão de valores no Congresso em relação à expressão popular e à vontade do povo brasileiro, não tenho a expectativa de que é o Congresso Nacional que vai fazer a grande transformação e a grande reforma política, a mãe de todas as reformas. Por isso mesmo, entendo que esse plebiscito, neste momento da nossa história, é muito importante. Assim, parabeno-o por trazer este tema à baila, neste momento, por chamar a população, as cidadãs e os cidadãos mineiros e brasileiros para que todos possamos fazer essa cobrança, solicitar uma constituinte exclusiva, a fim de fazermos a reforma de todas as reformas, a



mãe de todas as reformas, a reforma política. Só assim poderemos acabar com essa promiscuidade política que existe hoje, só assim poderemos acabar com a influência tão poderosa do poder mercantil financeiro sobre o processo eleitoral. Temos de mudar essa história, e ela só pode ser mudada com a efetiva participação do povo. Parabéns por sua participação.

O deputado Rogério Correia – Muito obrigado, deputado Adelmo.

Entre os itens da reforma política, um me parece fundamental, que é o fim do financiamento privado de campanha, principalmente o financiamento das grandes empreiteiras, das grandes empresas, do agronegócio, das mineradoras.

Eles financiam os candidatos com objetivos claros, nítidos. Não diria que são ilegítimos, mas são objetivos antagônicos aos populares.

Por exemplo, em geral as mineradoras têm o sentimento da extração do minério, independentemente da questão ambiental e social. Aqueles que a estes servem geralmente se esquecem das questões sociais e ambientais, que deveriam vir em primeiro lugar. Estou dando um exemplo de como o financiamento privado influi negativamente na formação do Congresso Nacional e das leis brasileiras.

Tenho um segundo tema, que vou abordar rapidamente, pois já falei na parte da manhã. Quero conversar com os professores e com as professoras e chamá-los a participar da conferência do Sind-UTE. Peço permissão ao sindicato para fazer isso, mas essa conferência ultrapassa o sentido meramente sindical e corporativo que têm as organizações de luta dos trabalhadores. A educação pública em Minas Gerais faliu, quebrou. A educação pública em Minas Gerais desmoronou, foi estraçalhada. Teremos de reconstruí-la em nosso estado. Teremos de reorganizar a escola. A conferência que o Sind-UTE fará neste fim de semana certamente dará um balanço sobre o que foi feito nos últimos anos na escola pública mineira. Por que na escola pública mineira não há um quadro de professores definido? Vamos chegar ao início do ano que vem sem saber quem serão os professores, as professoras, como serão contratados e quais estarão lá como concursados. Enfim, é uma bagunça formalizada, a partir da ausência de concurso público do governo há pelo menos 12 anos em Minas Gerais. As professoras sofrem nas escolas sem saber o seu destino e sem saber qual a regra do jogo no próximo ano, do ponto de vista da sua contratação, efetivação e assim por diante. O concurso público não é posto para o professor com suas regras, com aproveitamento do tempo de serviço daqueles atingidos pela decisão do Supremo na famigerada Lei nº 100, que foi uma enganação do governo do Estado. Elas não sabem e nem têm a garantia, que o governo deveria dar, do seu tempo de serviço, bem como as obrigações trabalhistas, que ele nega.

Essa conferência também dirá como os professores devem se organizar em suas conquistas salariais, como alcançar o piso, como ficar livre do subsídio. Ela também vai apontar para frente, especialmente para o próximo governo, que os trabalhadores da educação têm força para alcançar seus objetivos e se organizam desde já.

Deputado Adelmo, será uma conferência que extrapola seu sentido meramente corporativo e sindical. Ela terá também um chamado de salvação das escolas públicas em Minas Gerais para que a educação tenha ânimo e dê qualidade ao serviço por meio especialmente de seus professores, que se reunirão agora no fim de semana. Portanto, quero parabenizar os professores e as professoras que resistiram a esse duro período, que parece que está chegando ao fim. Resistiram e estão resistindo. Esperamos que tenham tempos melhores e mais felizes com seus alunos dentro das escolas.

Deputado Hely Tarquínio, queria dizer isso. Agradeço a V. Exa. a oportunidade de mais uma vez utilizar a tribuna. Muito obrigado.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/9/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Luiz Cláudio da Costa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;  
exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;  
nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Helio Schueller Barboza Pereira da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Luiz Cláudio da Costa para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

### TERMO DE ADITAMENTO Nº 83/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. Objeto: seguro de acidentes pessoais para aproximadamente 468 estagiários da ALMG. Objeto do aditamento: terceira prorrogação do contrato, por 12 meses, sem reajuste de preços. Vigência: de 2/9/2014 a 1º/9/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.